

“NOVO-DESENVOLVIMENTISMO”: UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Emanuelle G. O. Moura; Cláudia M. C. Gomes;
Jéssica M. S. Mélo; Maria da Conceição S. Cruz.
UFPB/PRPG/CNPQ

Resumo: Este trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica desenvolvida no ano vigente de 2012/2013, e tem como objetivo analisar criticamente a estratégia utilizada pelo Estado “novo-desenvolvimentista” que tenta associar políticas sociais com políticas econômicas, em prol do desenvolvimento humano e sustentável, com foco no combate a pobreza através dos programas de transferência de renda. Essa estratégia faz parte do discurso ideológico e das orientações dos organismos internacionais que tem como meta, erradicar a extrema pobreza baseada nos aspectos da renda. Durante a pesquisa realizada através das leituras embasadas no método histórico, crítico, dialético, e das análises dos dados, de instituições como a CEPAL, Banco Mundial, IBGE e PNUD, notou-se que os índices de pobreza reduziram muito pouco e a desigualdade social continua muito alta. Como mostra os dados do PNUD, dos 15 países mais desiguais do mundo 10 estão na América Latina, por isso, essas estratégias de combate à pobreza utilizada no continente é mais uma tática dos governantes, para controlar a classe trabalhadora através de programas emergenciais sem alterar no desenvolvimento econômico da classe burguesa.

Palavras-chave: Novo Desenvolvimentismo, Pobreza, Desigualdade.

I. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultados da pesquisa de Iniciação Científica vinculada a PRPG-UFPB e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que tem por título “Conceito e Crítica: O Novo-Desenvolvimentismo na América Latina” tendo início no segundo período do ano letivo de 2012 e termino no primeiro período do ano letivo de 2013, a mesma é vinculada ao Departamento do Curso de Serviço Social e ao Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho (GPT), tem como coordenadora a professora Doutora Cláudia Maria Costa Gomes.

O debate sobre o novo-desenvolvimentismo tem sido pertinente nos espaços políticos, as suas estratégias de enfrentamento e combate a pobreza, é o que vem demonstrando como as políticas sociais estão sendo implementadas nos países Latino Americanos. O que nos leva a questionar como os governantes desses países, considerados periféricos, estão garantindo a produção e a reprodução das expressões da questão social e como o capitalismo aumenta sua concentração de riqueza nos países ditos em desenvolvimento. Essas pesquisa tem como critério uma análise crítica da realidade política e econômica da sociedade, utilizando o método marxista como de fundamental importância para qualificar esse tema tão relevante. O objetivo geral da pesquisa é analisar as estratégias dos novo-desenvolvimentistas na agenda

dos países Latino Americanos, examinando os índices de pobreza nestes países que adotaram os programas de transferência de renda mínima, apreendendo o discurso ideológico hegemônico sobre a pobreza que informa os programas de transferência de renda no Brasil.

A pesquisa é de cunho bibliográfico com análise dos dados e de índices que demonstrem o grau de pobreza e desigualdade na América Latina, como se confronta perante as contradições do sistema capitalista. Ao nos reportamos as atuais políticas de combate a pobreza na América Latina, percebemos um vasto debate entre os intelectuais que defendem ou criticam tais políticas. É através da análise desses autores e de outros clássicos que vamos iniciar o conceito de pobreza e como essas políticas estão combatendo ou reproduzindo os altos índices de indigência no continente Latino Americano. Embasada na crítica da economia política pretendemos analisar a totalidade do conceito de pobreza no sistema capitalista e como o seu desenvolvimento econômico está diretamente ligado a pauperização.

II. POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA BREVE ANÁLISE.

Para compreender as contradições que agravam o processo de pauperização e as expressões da “Questão Social”, é necessário entender como funciona o sistema antagônico no qual está inserido.

Embasadas no método histórico, crítico, dialético do teórico alemão Karl Marx, o modo de produção capitalista tem como seu principal objetivo o lucro excedente econômico, retirado da exploração da força de trabalho sendo denominada de mais-valia. Para produção das mercadorias o capitalista investe nos meios de produção que se constitui em capital constante e capital variável. O primeiro, o investimento em máquinas e matérias que contribuem no processo de produção. O segundo, a força de trabalho necessária para produção das mercadorias. Essa força de trabalho é comprada pelo seu valor de troca e o seu valor de uso é usurpado pelo capitalista. O que determina esses valores é o tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo de trabalho excedente. O primeiro está expresso no contrato de trabalho que define o salário do trabalhador, e o último se apropria da mais-valia mistificada no lucro do capital, ou seja, no trabalho não pago.

Com o desenvolvimento econômico do sistema capitalista, impulsionado pela revolução industrial na segunda metade do século XIX, há um crescente investimento em

máquinas e tecnologias, o que gera um aumento na produção das mercadorias em detrimento da exploração da força de trabalho, tornando o trabalhador um apêndice da máquina. O aumento da lucratividade do capitalista está no processo de acumulação gerado pela concentração de riqueza nas mãos de capitalistas individuais, aumentando a concorrência que se torna desproporcional, pois a derrubada dos pequenos capitalistas serve para fortalecer os grandes capitalistas, sendo o primeiro apropriado pelo segundo. Esse processo de centralização é “a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais em poucos capitais grandes” (MARX,1996, p.727) que no início do século XX, esses grandes capitais formavam os monopólios.

O processo de centralização desenvolve grandes grupos capitalistas formando as corporações (empresários) ou sociedades anônimas (instituições financeiras) que ao renovar o sistema de produção utiliza-se de novas tecnologias, diminuindo conseqüentemente a utilização da força de trabalho. Assim, quanto mais é investido nos meios de produção, menos será utilizada a força de trabalho, gerando um aumento no desemprego que acarretará no chamado exército industrial de reservas. Para Marx,

a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (1996, p.731)

E continua: “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (Ibid, 1996, p.732). Devido às necessidades de sobrevivência, a classe trabalhadora reproduz a sua própria degradação. O processo de alienação capitalista¹ é tão forte que os trabalhadores não se reconhecem enquanto classe “para si”², essa contradição dentro da própria classe é reforçada pelos capitalistas, que usufrui do trabalho super explorado dos operários ainda empregados. Diante desta contradição, a pressão da força de trabalho ociosa (que aguarda uma “oportunidade” para vender sua força de trabalho) acaba por ocasionar uma

¹ O autor Maranhão em seu artigo “Acumulação trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social” do livro “O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade” Org. Motta, 2010. Afirma que é “por causa da alienação do produtor direto em relação aos meios e instrumentos de produção da subsunção formal e real do trabalho ao capital, o estabelecimento das necessidades e potencialidades dos trabalhadores está subordinada às demandas de lucro e exploração capitalista” (p.100).

² Esse termo já foi explicado no 1 capítulo, deste trabalho.

concorrência, não só entre capitalistas, mas também entre os próprios trabalhadores empregados e desempregados. Segundo Karl Marx em O Capital,

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército industrial de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso de acumulação social. (1996, p.738/739)

É um ciclo vicioso de reprodução. Em um determinado momento o trabalhador está empregado e em outro desempregado. Tudo depende da demanda de produção da mercadoria e do nível de acumulação do capital. Essa oscilação é determinada pelo nível do salário, que pode ser reduzido de acordo com a procura e a oferta de emprego, sendo ampliada a jornada de trabalho sem o aumento do salário real, o que acarreta em maior produção de mercadorias, gerando lucro para os capitalistas, que detém cada vez mais a riqueza socialmente produzida. Essa contradição é típica do sistema capitalista, a superpopulação relativa é essencial para esse modo de produção, é desta forma que eles conseguem controlar a massa de trabalhadores. Quanto maior o exército industrial de reserva maior será o pauperismo. Segundo Marx “Está é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”, ao mesmo tempo em que se acumula riqueza, acumula-se também pobreza. Este é o fundamento do modo de produção capitalista, não socializar a riqueza socialmente produzida explorando cada vez mais a classe trabalhadora. Porque

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreende na produção e necessidade da super população relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento de riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior. (MARX, 1996, p.147)

Esta transferência de responsabilidade da classe burguesa para a classe trabalhadora é uma estratégia do sistema capitalista de naturalização da pobreza, que passa a responsabilizar

o indivíduo por estar naquela situação degradante, mistificando todo o contexto histórico das relações sociais de produção e reprodução do sistema, separando os fatores econômicos do social, como se um não estivesse relacionado ao outro. A difusão dessa ideologia teve início na metade do século XIX, no mesmo período que começa a haver um crescimento econômico do sistema capitalista.

Os ideólogos da classe burguesa são os intelectuais liberais, que elaboram uma “nova” ciência social, a sociologia, que tem como precursores, Durkheim, Max Weber, entre outros. Está “nova” ciência compreende a “Questão Social” como natural às relações sociais. Deste modo, todos os acontecimentos ligados à miséria e a pobreza são de responsabilidade do indivíduo, considerado incapaz de promover seu próprio desenvolvimento, tendo como motivo os seus limites culturais. O enfrentamento as expressões da “questão social” no final do século XIX e início do século XX, deveria se dá através do assistencialismo e da filantropia, totalmente ligado ao pensamento social da igreja.

Para o autor José Paulo Netto, a superpopulação relativa expressa na pauperização, pode ser conceituada em duas formas:

[...] absoluta ou relativa. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletariados experimentam uma degradação geral: queda de salário real, aviltamentos dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo do trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitais. (2009, p.135/ 2009)

Devido o ciclo industrial ser contínuo, pois está no constante movimento de reprodução da superpopulação relativa, Marx define a mesma em três segmentos: flutuante, latente e estagnada. A primeira é definida de acordo com a demanda do capital que varia com a procura e a oferta de mercadoria, portanto, podem aumentar o número de empregados, mas não na mesma proporção que a produção. O segundo segmento é destaque para a zona rural, devido o aumento da concentração de terras nas mãos dos latifundiários os pequenos agricultores que sobreviviam da sua própria subsistência perdem suas terras para os grandes fazendeiros produtores da monocultura, desenvolvendo assim uma superpopulação relativa no meio rural, muitos desses trabalhadores são explorados nos grandes latifúndios ou nas cidades

industrializadas, ocasionando o êxodo rural. O terceiro e último segmento é do exército de trabalhadores em atividade, com duração máxima de trabalho e mínimo de salário, tornando-se irregular, temporário e precarizado. Para Oliveira, este componente da superpopulação relativa “[...] divide-se em três grupos, os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria” (2010, p.279).

É nesse processo de contradições entre capital/trabalho que o MPC vai se desenvolvendo, concentrando cada vez mais a riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos. Essa desigualdade é refletida na relação dos países considerados desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos.

III. AS FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA.

Desde o surgimento das instituições como a ONU, Banco Mundial, FMI entre outros organismos no segundo pós-guerra, o debate sobre o enfrentamento a pobreza vem sendo discutido pelas instituições multilaterais, mas só no início da década de 1990 durante o ajuste estrutural neoliberal esse debate ganha força, devido às altas taxas de desemprego, o que acarreta no aumento do exército industrial de reservas e conseqüentemente no aumento da pobreza. Após o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990 elaborado pelo Banco Mundial sobre o título “A pobreza”³ e do primeiro Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD⁴, que elabora anualmente o Relatório de Desenvolvimento

³ É interessante perceber que neste relatório eles afirmam que “O principal objetivo do desenvolvimento econômico é reduzir a pobreza. Estima-se que, em 1985, mais de 1 bilhão de pessoas viviam em estado de pobreza absoluta no mundo em desenvolvimento.” (p.25, 1990) mais 23 anos depois do lançamento desse relatório, no site do Banco Mundial lança uma reportagem afirmando que 1 bilhão de pessoas ainda vivem na extrema pobreza no ano de 2013, “por isso que um dos objetivos do banco mundial é acabar com a pobreza diminuindo o percentual de pessoas que vivem com menos de US \$ 1,25 por dia para não mais de 3 por cento em 2030. Para atingir tal meta deve se promover o crescimento da renda dos 40 por cento da base da população de cada país” site: http://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/17/ending_extreme_poverty_and_promoting_shared_prosperity” Acessado, em 30/08/2013, 09:30. É muito contraditório, depois de 28 anos as cifras da pobreza extrema, segundo o banco mundial não mudou em nada, e a atual conjuntura econômica dos países é do dito desenvolvimento econômico que devem reduzir tal pobreza.

⁴ O PNUD é uma das principais armas ideológicas da ONU, tem como defesa combater a pobreza em prol do desenvolvimento humano e está presente em mais de 166 países. Para entender como funciona esse programa acesse o site: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>.

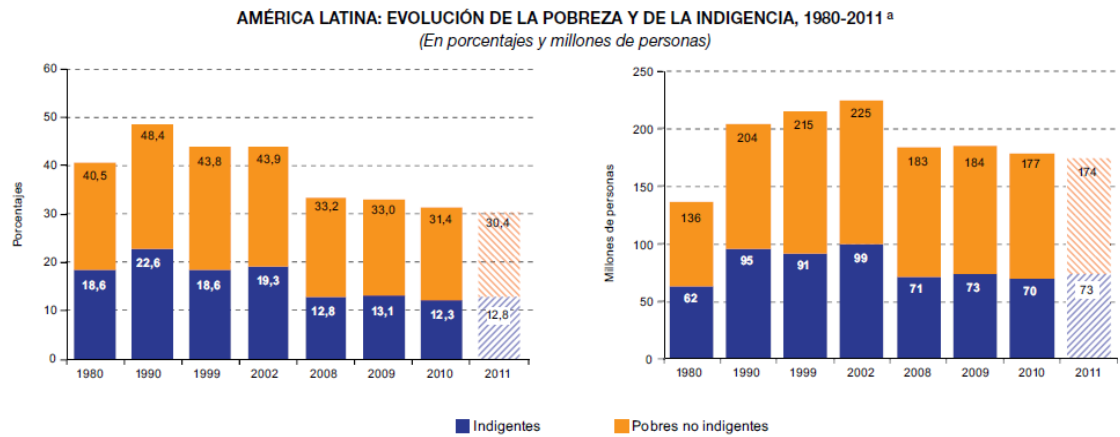
Humano – RDH e legítima o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵, os métodos de mensuração da pobreza passaram a ter mais importância, com o uso da renda para estabelecer as linhas de pobreza. Com isso, o sintoma principal para mensurar a pobreza está na insuficiência da renda que atinge as necessidades básicas como alimentação, saúde, saneamento básico e outros, estabelecendo um valor financeiro que corresponde ao atendimento dessas necessidades. Esses valores definem como indigentes pessoas que têm menos de 1,25 dólares por dia, e pobres os que têm mais de 1,25 dólares por dia. Para Sônia Rocha,

Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza. (2006, p.12).

Essas distinções entre pobreza extrema e indigência são passíveis de mudanças, tudo depende de como elas vão ser analisadas. Elas podem ser consideradas pobreza relativa ao invés de pobreza absoluta, isso está ligado à questão da distribuição de renda e da mensuração da desigualdade. Isso mostra que a mensuração dos índices de pobreza relativa pode variar de um país para o outro, o indivíduo pode ser considerado pobre em um país e no outro não. Deste modo, “como a pobreza é definida de forma relativa, a renda dos pobres pode declinar de um ano para o outro sem que se caracterize aumento da incidência de pobreza” (ROCHA, 2006, p.14). O risco encontra-se neste momento de confiar ou não nas cifras apresentadas pelas instituições que mensuram a pobreza. Tudo pode se tornar tão relativo que a qualidade dos dados apresentados pode variar de forma significativa. Como afirma Chossudovsky “a realidade da pobreza mundial é cada vez mais dissimulada pela manipulação das estatísticas de renda” (1999, p.35). Um exemplo são as taxas de pobreza e indigência elaboradas pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

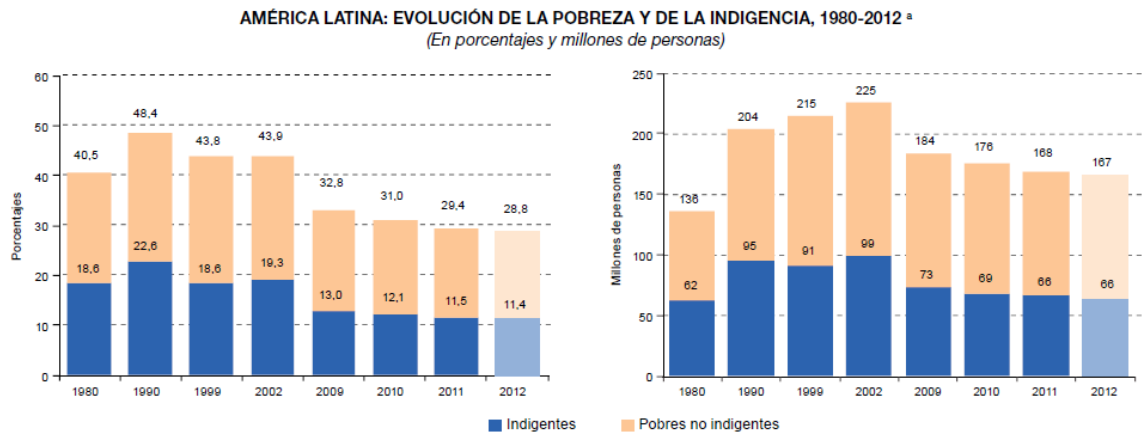
⁵ Esse índice tem indicadores complementares, que foram inseridos no ano de 2010, como Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD): que leva em consideração todos os demais indicadores do desenvolvimento humano, é como se fosse um índice de desenvolvimento humano “real”; Índice de Desigualdade de Gênero (IDG): reflete a desigualdade de gênero, baseado em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica; Índice de Pobreza Multidimensional (IPM): identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios e serve para complementar o IDH.

Tabela 1



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.
^a Estimación correspondiente a 18 países de la región más Haití. Las cifras que aparecen sobre las secciones superiores de las barras representan el porcentaje y el número total de personas pobres (indigentes más pobres no indigentes). Las cifras sobre 2011 corresponden a una proyección.

Tabela 2



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.
^a Estimación correspondiente a 18 países de la región más Haití. Las cifras que figuran sobre las secciones superiores de las barras representan el porcentaje y el número total de personas pobres (indigentes más pobres no indigentes). Las cifras relativas a 2012 corresponden a una proyección.

Essas tabelas fazem parte do relatório que a CEPAL organiza anualmente. A Tab. 1 é referente ao ano de 2011. Nela destacam-se os gráficos de porcentagem do ano de 2009 referentes a pobres indigentes que está em 33,0%, e dos indigentes 13,1%. Em 2010 os pobres indigentes estavam 31,4%, e os indigentes 12,3%. No relatório de 2012 nota-se uma pequena alteração nos dados da Tab. 2 desses mesmos anos, o que não deveria acontecer, pois os únicos dados possíveis de alteração eram do ano de 2011, que na primeira tabela é a estimativa para o ano e na segunda tabela é o resultado final da pesquisa. Percebam que essas alterações ocorrem também nos gráficos de “milhões de pessoas”.

Essas mudanças podem não ser significativas à primeira vista, mas fazem uma grande diferença, principalmente no debate ideológico do Estado e no trato de recursos financeiros para o combate à pobreza, como é o caso das políticas sociais. Se cada relatório for manipulado sutilmente, alterando os dados dos anos já estabelecidos, a pobreza realmente vai “acabar” segundo as estatísticas. O discurso dos governos sempre será de que, a pobreza e a indigência estão diminuindo de forma significativa na América Latina.

A CEPAL conclui no seu relatório de 2012 que:

las estimaciones de pobreza basadas en las encuestas de hogares disponibles hasta 2011 indican que en ese año la pobreza de la región se situo en un 29,4%, lo que incluye un 11,5% de personas em condiciones de pobreza extrema o indigencia. Las cifras de 2011 representan una caída de 1,6 puntos porcentuales en la tasa de pobreza y de 0,6 puntos porcentuales en la de indigencia respecto de 2010. (2012, p.17)

Esses jogos ideológicos das instituições multilaterais fazem da pobreza uma estratégia para o capital, que na década de 1990 responsabiliza a sociedade civil pelas altas taxas de pobreza e minimiza a participação do Estado nas políticas sociais de enfrentamento a mesma, maximizando sua ação na economia, com o argumento de que fortalecendo a economia do país através da sua inserção no mercado globalizado irá desenvolver economicamente o país, o seu enriquecimento aumentará os postos de trabalho e diminuirá os índices de pobreza. Esses argumentos foram fundamentais para implementar nos países latino-americanos, a “administração da pobreza” que passa a ser de responsabilidade social. No Brasil foi criado em 1994 no governo de Fernando Henrique Cardoso o Fórum Social de Emergência (FSE), esse fórum contribuiu na precarização de todos os direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Segundo Chossudovsky,

O FSE exige uma abordagem de ‘engenharia social’, um esquema político para ‘administrar a pobreza’ e aliviar a inquietação social a um custo mínimo para os credores. Os chamados ‘programas com metas estabelecidas’ destinados a ‘ajudar os pobres’ combinados com a recuperação do custo e a ‘privatização’ dos serviços de saúde e educação, são considerados um meio ‘mais eficiente’ de liberar programas sociais. O Estado retira-se e muitos programas sob a jurisdição de ministérios alinhados serão, daí em diante, administrados por organizações da sociedade civil sob o patrocínio do FSE. Este também financia, sob os auspícios da ‘rede e seguridade social’,

pagamentos de indenização por demissão e/ou projetos de ‘mínimo emprego’ destinados aos funcionários públicos demitidos em consequência do programa de ajuste. (1999, p.58)

Corrobora-se, portanto que, o dinheiro público será utilizado em instituições privadas responsáveis de garantir ações focalizadas e imediatas no enfrentamento às expressões da “Questão Social”, todo esse desmonte dos direitos sociais, trabalhistas, a privatização de empresas estatais, o aumento da dívida externa, a precarização da força de trabalho através do processo de terceirização, agrava significativamente a pobreza. Esse exército industrial de reservas formado pela crise é fundamental para aumentar a exploração do capital sobre os trabalhadores. “A pobreza global é um item introduzido no rol da oferta; o sistema econômico global alimenta-se da mão-de-obra barata” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.65), com o processo de horizontalização da produção grandes corporações instalam suas filiais nos países de terceiro mundo, explorando os recursos naturais e sua força de trabalho que é mais barata por caracterizar-se como desqualificada.

Esse processo acarreta o aumento dos índices de pobreza, e no desmonte dos direitos sociais, o que gera insatisfação da classe oprimida. Em resposta as mobilizações da classe trabalhadora, os organismos multilaterais elaboram estratégias de combate à pobreza para manter o desenvolvimento do capital e o *status quo* na sociedade.

IV. UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS.

As estratégias de combate à pobreza no início do século XX, eram fortemente ligadas à filantropia e ao assistencialismo da igreja, isso quando não era tratada como caso de polícia pelo Estado. Contudo, algumas políticas de cunho assistencialistas eram voltadas para a pobreza absoluta, reproduzindo a “cultura da pobreza”, o que naturaliza a mesma, não associando a condição de pauperização ao desenvolvimento desigual do sistema econômico. Como afirma Montaño “[...] o Estado passa a absorver e organizar parte do excedente econômico e a redistribuí-lo mediante políticas sociais” (2012, p.275) esta intervenção é necessária para manter o equilíbrio do sistema, o que não afeta a acumulação capitalista.

Como já foi explanado nos capítulos anteriores o desenvolvimento do sistema capitalista na América Latina, passou do colonialismo, nacional-desenvolvimentismo,

neoliberalismo, e atualmente está no “novo-desenvolvimentismo”. Todos esses modelos econômicos, políticos e sociais, formulam ideologias para manutenção da ordem no capitalismo. Em todos esses modelos estratégias de combate à pobreza acontecia ou no campo filantrópico da igreja, ou no campo assistencialista do Estado. O modelo do “novo-desenvolvimentismo” não foge à regra. As estratégias de combate à pobreza continuam a ser focalizadas, assistencialistas, e de cunho filantrópico, a diferença é uma intervenção maior por parte do Estado que segue as orientações dos organismos internacionais.

Com um forte incentivo dos organismos internacionais, o “novo-desenvolvimentismo” é reforçado nos países latino-americanos para minimizar a pobreza extrema, com isso o Estado deve elaborar políticas focalizadas e assistenciais de combate à pobreza, através dos Programas de Transferência de Renda Condicionada. Esses programas estão sobre a orientação dos organismos multilaterais como o PNUD e o Banco Mundial, este último desde o relatório elaborado em 1990 tem como estratégia,

reduzir a pobreza ‘de modo rápido e politicamente sustentável’ concentra-se em fatores relacionados: transferência de renda, atividade laborativa e promoção de atividades vinculadas à assistência social. Pois a êxito desta estratégia dependeria dos países clientes seguirem fielmente suas diretrizes, condição indispensável para receber ajuda dos organismos internacionais. (SIQUEIRA, 2012, p.356)

Com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial⁶ o programa brasileiro Bolsa Família criado em 2003 consegue atingir uma parcela significativa da população mais pobre no Brasil, que no ano de 2013 chega a 50 milhões de pessoas, sendo que os beneficiários desse programa devem cumprir com as condicionalidades pré-estabelecidas⁷. Segundo a própria instituição “Os resultados do Programa Bolsa Família mostra que é possível lidar com a pobreza e a desigualdade de renda de uma forma sustentada, integrando milhões de pessoas para o mainstream econômico e social do país sem abrir mão do desenvolvimento econômico”.⁸ Mais uma vez associando o desenvolvimento econômico com o social, naturalizando as relações entre os mesmos, como se os programas condicionados que foca em uma pequena parcela da população, fosse acabar com a desigualdade no mundo.

⁶ Esse apoio técnico e financeiro oferecido pela instituição é firmado em acordos, no qual exige o cumprimento das condicionalidades exigidas, além da quitação do valor repassado.

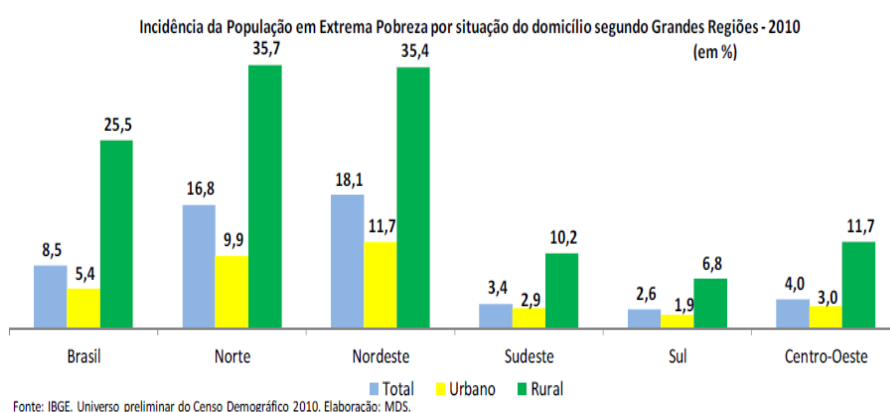
⁷ Os membros da família deve ter uma renda per capita de até ¼ do salário mínimo, neste caso de até 140,00 mensais cada, e cumprir com as condicionalidades como frequência escolar e cartão de vacinas em dias.

⁸ Site: <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2010/05/27/br-bolsa-familia> acessado em 29/08/2013.

Para avaliar o impacto do PBF na pobreza, segundo os dados da CEPAL a pobreza no Brasil em 1999 era 17,0% e 5,3% é considerada indigente. Essas cifras caem quando comparadas no ano de 2009 onde a pobreza é 10,5% da população brasileira e a indigência é de 3,2%. Essa relativa queda não altera de forma significativa as condições de vida da população, pois a quantia repassada é muito irrisória, e só garante o atendimento das necessidades básicas. Problemas como saneamento básico, habitação, qualidade no ensino público, saúde, entre outros, não são mensurados pelas instituições, só os fatores de renda é que importa. Por exemplo, as pessoas consideradas indigentes devem ter menos de 1,25 dólares por dia para ter acesso aos programas assistencialistas.

É nesta lógica de transferência de renda que o governo da presidente Dilma Rousseff (terceiro mandato do governo petista) após detectar os altos índices de extrema pobreza, (como mostra a Tab. 3), elabora mais um programa governista “O Brasil Sem Miséria”, que continua a ter o apoio dos organismos internacionais. Esse programa tem por intuito acabar com a extrema pobreza até 2015, para atingir a meta dos Objetivos do Milênio. Ele segue à mesma lógica do PBF; transfere renda para as famílias que possuem até R\$ 70,00 mensais por pessoa, as quais devem cumprir com as condicionalidades pré-estabelecidas. Tanto o “Brasil Sem Miséria” como o Programa Bolsa Família só reforça a lógica assistencialista do Estado, que continua dando ênfase na política econômica.

Tabela 3



O dito “sucesso”⁹ do PBF, tornou-se um modelo para outros programas de transferência de renda, como na Turquia, África do Sul, Marrocos e principalmente nos países latino-americanos e caribenhos, que atualmente somam 18 países que utilizam dessa medida compensatória para reduzir a pobreza, atingindo ao todo 129 milhões de pessoas (quase 25% da população), porém, essas medidas focalizadas de combate à pobreza, não alteram a desigualdade existente nos países, a concentração de renda é um dos principais fatores para reprodução da pobreza. Segundo os dados do relatório de 2012 da CEPAL “As últimas estatísticas disponíveis para 18 países indicam que, em média, 10% mais ricos dos latino-americanos recebem 32% da renda total, enquanto os 40% mais pobres recebem apenas 15%.”¹⁰. Esses dados colocam a América Latina como um dos continentes mais desiguais do mundo.

É sob a retórica de acabar com a pobreza globalizada, sem alterar a distribuição de renda, que o Banco Mundial incentiva à realização de projetos que contribuam para o aumento da classe média. O caso de investimento aos micro-empresendedores, tornando-os dependentes das multinacionais e dos organismos multilaterais é um dos exemplos.

O discurso de desenvolver programas assistencialistas, sejam eles públicos ou privados, levou o Banco Mundial a elaborar estratégias para aumentar a renda da população mais pobre, até que a mesma chegue ao patamar de classe média. Em 2013 ele investiu 11,8 bilhões de dólares no continente Latino Americano, desses, US\$ 6,5 bilhões foram voltados para o investimento em programas privados, como bem define a Corporação Financeira Internacional (IFC),

A IFC, que se concentra na assistência ao setor privado, forneceu a quantia recorde de US\$ 6,5 bilhões para 129 projetos na América Latina e Caribe no ano fiscal de 2013. Esses recursos incluíram US\$ 1,7 bilhão mobilizado de outras instituições financeiras. Na América Latina e Caribe, os clientes da IFC auxiliam cerca de dois milhões de mulheres por meio de empregos, educação e oportunidades empresariais. Uma em cada oito pessoas da região se beneficia de projetos de infraestrutura apoiados pela IFC. Os clientes do setor financeiro da Corporação forneceram 29 milhões de empréstimos,

⁹ Está em aspas, pois a criação do BSM no governo Dilma, só demonstra o fracasso do PBF do governo Lula, no que tange a redução da extrema pobreza.

¹⁰

Acesso:

<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/48458/P48458.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acessado em 26/07/2013 às 12:02.

totalizando US\$ 217 bilhões, para micro, pequenas e médias empresas na região. (BANCO MUNDIAL, 2013)¹¹

Esses empréstimos só agravam cada vez mais a dependência econômica dos países latino-americanos. As multinacionais e transnacionais, interferem de forma direta nas políticas estatais, por isso que os Estados “novo-desenvolvimentistas” reforçam a política macroeconômica. As políticas sociais expressas nos programas de transferência de renda condicionado, são voltadas para reprodução da pobreza. Segundo Siqueira

No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que o desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior *acumulação de capital*. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não maior socialização dessa. A acumulação de riqueza, por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro. (2012, p.374)

A desigualdade é intrínseca ao MPC. Nota-se que o binômio de riqueza e renda, proposto pela ideologia “novo-desenvolvimentista”, vem sendo mais de distribuição de renda do que socialização da riqueza, o que não altera o padrão de riqueza socialmente produzido. Segundo os dados da CEPAL, o índice de Gini¹² no Brasil em 1999 era 0,640 em dez anos caiu para 0,576. No México em 2000 era de 0,542, em dez anos caiu para 0,481. Na Venezuela em 1999 era de 0,498, em 2010 passou a ser de 0,394. Apesar da relativa queda no índice de Gini, a desigualdade ainda é alta como mostra os dados do PNUD (2012), dez dos 15 países mais desiguais do mundo estão na América Latina.

Esses dados demonstram, o quanto é lento os resultados dos programas de combate à pobreza, no tocante a “justiça social”, este fato deve-se, aos programas de transferência de renda, alterarem muito pouco a qualidade de vida dos beneficiários. Eles entram na lógica do consumo e utilizam os valores dos benefícios para consumirem mercadorias que irá suprir as suas necessidades básicas. É realmente uma transferência de renda, em que o dinheiro sai da venda precarizada da força de trabalho, pois são eles que produzem toda riqueza da sociedade, e acaba na comercialização desses produtos, que são transformados em lucro e concentra-se

¹¹ <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/07/24/world-bank-group-backs-latin-america-caribbean-steady-poverty-reduction-middle-class-growth> Acessado em 30/08/2013 às 16:08.

¹² Esse índice é um cálculo que mede a desigualdade social, apresenta dados na faixa numérica de 0 à 1, quanto mais perto do zero for os dados menos desigualdade de renda tem o país.

nas mãos da classe dominante. O autor Carlos Montaña, faz uma crítica a esses programas. Para ele “Toda medida de ‘combate à pobreza’ no capitalismo, não faz mais do que reproduzi-la, desde que amplia a acumulação de capital. Quanto mais desenvolvimento das forças produtivas, maior a desigualdade e o pauperismo.” (2012, p. 280). Ou seja, o avanço das forças produtivas não significa um maior desenvolvimento social de equidade, mas ao contrário, significa maior concentração da riqueza, o que acarreta nos altos índices de pobreza. Esses programas têm por estratégia reproduzir a pobreza necessária, para reprodução do sistema capitalista.

Outra instituição que está na lógica de combater a pobreza através do incentivo aos programas de renda condicionada, é a ONU que elabora o PNUD. Esse programa firmou acordos com mais de 177 países em todo mundo, oferecendo a perspectiva de desenvolvimento humano aos países periféricos, afirmando que a qualidade de vida deve ir para além do viés econômico, por isso considera a renda, saúde e educação como os pilares básicos para o desenvolvimento humano. Uma das propostas defendidas por esse programa é de incentivar os países nele inserido, a cumprirem com os Objetivos do Milênio que tem como meta de até 2015: Acabar com a fome e a miséria; Educação básica de qualidade para todos; Igualdade entre sexos e valorização da mulher; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde das gestantes; Combater a aids, a malária e outras doenças; Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Para avaliar o desenvolvimento dessas metas e das estratégias utilizadas pelos países de o combate da pobreza foi elaborado desde 1990 o Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH que legitima o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Anualmente esse relatório é lançado, segundo o relatório de 2012 o IDH dos anos 1990 a 2012 na Argentina era de 0,701 e foi para 0,811 e está na 45 posição de 186 países, no México era de 0,654 e cresceu para 0,775 esta na 62 posição, já o Brasil estava com 0,590 e subiu até 0,730 e está na 85 posição. Como os dados demonstram em 22 anos o IDH cresceu muito pouco nesses países, mesmo depois da implementação das políticas assistencialistas¹³. Segundo Veiga esse índice deixa muitas lacunas na sua apreensão do desenvolvimento humano

¹³ Como os dados refletem o pouco avanço na redução da extrema pobreza, os OBM correm o risco de não serem atingidos até 2015, por isso, um grupo foi formado para auxiliar o presidente da ONU a pensar em uma agenda pós-2015, o objetivo é por “fim da pobreza extrema em todas as suas formas dentro de um contexto do desenvolvimento sustentável e da formação de um espaço que pode construir prosperidade sustentável para todos” essa agenda tem como meta 2030, ou seja, é uma reformulação dos OBM, para os próximos 15 anos. Para maiores informações acesse o site: <http://www.post2015hlp.org/about/>.

ele resulta da medida aritmética dos três índices mais específicos que captam longevidade, escolaridade e renda. Mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões de desenvolvimento, para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos como a ambiental, a cívica ou a cultural, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. (2006, p. 86)

E mesmo que esse índice venha a contemplar todos esses indicadores mencionados, ele não vai conseguir realmente captar a melhor forma da qualidade de vida, pois não toca no padrão de riqueza socialmente desenvolvido e privadamente usurpado. Como argumenta Netto “as ‘metas do milênio’ não serão atingidas – exceto se uma transformação social radical se operar em escala mundial, erodindo os suportes da sociedade capitalista e abrindo a transição para outra ordem social.” (2007, p. 154).

Na contra mão dessa transformação societária, e reforço da ideologia “novo-desenvolvimentista”, outro órgão Latino Americano, vem seguindo os ditames dos organismos multilaterais, é a CEPAL, que desenvolve pesquisas na América Latina, sobre os avanços das políticas sociais, principalmente dos impactos que os programas de transferência de renda vem causando no combate à pobreza absoluta, utilizando novamente o critério da renda para medir os índices de pobreza e indigência; torna-se mais um indicador a ser avaliado. Segundo o relatório de 2012, houve uma redução nos índices de pobreza e indigência em quase todos os países. O aumento da pobreza ocorreu entre 2010 a 2011 na Costa Rica, República Dominicana e Venezuela. Nos dois principais países que utilizam os maiores programas de transferência de renda como o Brasil com o PBF, e o México com oportunidades, houve uma ínfima queda nos indicadores, como mostra a Tab. 4.

Tabela 4

AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): PERSONAS EN SITUACIÓN DE POBREZA E INDIGENCIA, ALREDEDOR DE 2002, 2010 Y 2011
(En porcentajes)

| País | Alrededor de 2002 | | | Alrededor de 2010 | | | 2011 | | |
|--------------------------------------|-------------------|---------|------------|-------------------|---------|------------|------|---------|------------|
| | Año | Pobreza | Indigencia | Año | Pobreza | Indigencia | Año | Pobreza | Indigencia |
| Argentina ^a | 2004 | 34,9 | 14,9 | 2010 | 8,6 | 2,8 | 2011 | 5,7 | 1,9 |
| Bolivia (Estado Plurinacional de) | 2002 | 62,4 | 37,1 | 2009 | 42,4 | 22,4 | ... | ... | ... |
| Brasil | 2001 | 37,5 | 13,2 | 2009 | 24,9 | 7,0 | 2011 | 20,9 | 6,1 |
| Chile | 2000 | 20,2 | 5,6 | 2009 | 11,5 | 3,6 | 2011 | 11,0 | 3,1 |
| Colombia ^b | 2002 | 49,7 | 17,8 | 2010 | 37,3 | 12,3 | 2011 | 34,2 | 10,7 |
| Costa Rica ^c | 2002 | 20,3 | 8,2 | 2010 | 18,5 | 6,8 | 2011 | 18,8 | 7,3 |
| Ecuador ^a | 2002 | 49,0 | 19,4 | 2010 | 37,1 | 14,2 | 2011 | 32,4 | 10,1 |
| El Salvador | 2001 | 48,9 | 22,1 | 2010 | 46,6 | 16,7 | ... | ... | ... |
| Guatemala | 2002 | 60,2 | 30,9 | 2006 | 54,8 | 29,1 | ... | ... | ... |
| Honduras | 2002 | 77,3 | 54,4 | 2010 | 67,4 | 42,8 | ... | ... | ... |
| México | 2002 | 39,4 | 12,6 | 2010 | 36,3 | 13,3 | ... | ... | ... |
| Nicaragua | 2001 | 69,4 | 42,5 | 2009 | 58,3 | 29,5 | ... | ... | ... |
| Panamá | 2002 | 36,9 | 18,6 | 2010 | 25,8 | 12,6 | 2011 | 25,3 | 12,4 |
| Paraguay | 2001 | 61,0 | 33,2 | 2010 | 54,8 | 30,7 | 2011 | 49,6 | 28,0 |
| Perú ^d | 2001 | 54,7 | 24,4 | 2010 | 31,3 | 9,8 | 2011 | 27,8 | 6,3 |
| República Dominicana | 2002 | 47,1 | 20,7 | 2010 | 41,4 | 20,9 | 2011 | 42,2 | 20,3 |
| Uruguay ^a | 2002 | 15,4 | 2,5 | 2010 | 8,6 | 1,4 | 2011 | 6,7 | 1,1 |
| Venezuela (República Bolivariana de) | 2002 | 48,6 | 22,2 | 2010 | 27,8 | 10,7 | 2011 | 29,5 | 11,7 |

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

^a Áreas urbanas.

^b Cifras del Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) de Colombia.

^c Las cifras de 2010 y 2011 no son estrictamente comparables con las de años anteriores.

^d Cifras del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) del Perú.

Ressalta-se novamente o risco em confiar nesses dados. Como mencionado, todos os indicadores apresentados são passíveis de manipulação. Tenta-se minimamente fazer uma crítica a tais indicadores, e como a sua utilização contribui para reproduzir o discurso ideológico da classe dominante, que afirma, defendendo tais ideais, que a pobreza pode ser superada neste sistema através da transferência de renda, sem alterar a concentração da riqueza. O discurso utilizado pelos teóricos e governantes “novo-desenvolvimentistas”, é que esses programas estão realmente reduzindo a pobreza extrema e aumentando o número na classe média. A articulação de política econômica com política focalizada de combate à pobreza está surtindo efeito, apesar da lentidão. Atualmente, uma das preocupações dos países que adotaram o PNUD na América Latina, é que a porcentagem das pessoas presentes na classe média tenha uma queda, e a porcentagem de pessoas que estão na extrema pobreza tenha uma alta,

Para lançar luz sobre os riscos que rodeiam a nova classe média na América Latina e para ajudar a mapear a desigualdade na região [...] um novo estudo encomendado pelo PNUD que mostra que 38% dos latino-americanos estão em uma situação vulnerável, ou seja, vivem com quatro a dez dólares por dia. Correm o risco de voltar a cair na pobreza, principalmente devido à qualidade da educação, à falta de acesso a serviços de saúde e às condições de trabalho [...] mais de 30% dos latino-americanos vivem com menos de quatro dólares por dia, com 16% da população vivendo em condições de pobreza extrema (menos de 2,5 dólares por dia), segundo o estudo do PNUD. Só 2% da população está classificada como parte da classe alta (que

vivem com mais de 50 dólares por dia) e quase 30% fazem parte da classe média (que vivem com dez a 50 dólares por dia).¹⁴

Essa preocupação está na precarização das demais políticas sociais, como saúde e educação, por isso as estratégias utilizadas pelos países latino- americanos é de privatização dessas políticas. O argumento está no Estado que não tem condições de administrar as mesmas, deste modo prefere pagar uma empresa privada para fazer tais serviços, isso reflete diretamente na negação de direitos para classe trabalhadora. O Estado “novo-desenvolvimentista” continua por garantir as políticas macroeconômicas do que combater as desigualdades expressas na “Questão Social”. Como afirma Gomes (2012, p.5), só “Em última instância, a proposta neodesenvolvimentista objetiva alterar os índices de crescimento da pobreza através de medidas compensatórias de redistribuição de renda e políticas sociais focalizadas naquelas populações que se encontram em situação maior de vulnerabilidade.” a pobreza continua sendo reproduzida no sistema capitalista.

A estratégia de humanização do capitalismo através do debate ideológico do “novo-desenvolvimentismo” pode se esgotar nas contradições que o próprio sistema produz. Portanto, não adianta políticas assistencialistas para combater a pobreza, só haverá a socialização da riqueza socialmente produzida com a organização da classe trabalhadora, voltada para análise crítica da realidade posta, tendo como horizonte a superação desse sistema. A igualdade social só acontecerá com o fim da sociedade de classes. Somente a história da luta de classes irá confirmar tal desejo de igualdade social.

CONCLUSÃO

As estratégias de combate a pobreza utilizada atualmente pelos países Latino Americanos, tem o mesmo caráter assistencialista e filantrópico das formas de enfrentamento no início do século XX, a diferença é que a primeira transfere uma renda para os beneficiários e a segunda tinha como foco ajustar o indivíduo ao meio através de ações moralizadoras, mais ambas tem o mesmo sentido reproduzir a pobreza no sistema capitalista, pobreza essa diferente dos outros modos de produção, como o escravista e o feudalismo, pois no

¹⁴ Nota-se que há uma diferença na mensuração dos valores de extrema pobreza, que é de 1,25 dólares por dia. <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3744> Reportagem de 15 de julho de 2013. Acessado em 30/08/2013 às 17:15.

capitalismo o desenvolvimento das forças produtivas ganha uma dimensão diferente dos outros modos de produção. A produção do excedente econômico gerou concentração da riqueza socialmente produzida. Está desigualdade, na falta de socialização da riqueza, é o que produz o excedente da força de trabalho, concentrada nas periferias do sistema.

O desenvolvimento econômico do capitalismo ganha sua dimensão global, os países que passaram pelo processo de colonização situado no sul do globo, passam a ter suas economias voltadas para o desenvolvimento econômico no intuito de suprir as demandas do sistema, que já estavam esgotadas nos países de economia central, esse processo ocorreu devido a criação das instituições internacionais no pós-segunda guerra mundial, o sentido real dessas instituições é fortalecer as economias dos países periféricos em prol do enriquecimento dos países centrais. Sobre uma forte pressão dessas instituições os países da America Latina passaram a seguir as orientações da CEPAL, órgão criado pela ONU para desempenhar o processo de industrialização nos Estados nações. O desenvolvimento mundial das forças produtivas acarreta no excedente de produção, provocando mais uma das crises cíclicas do sistema capitalista, como a cada crise o capital se renova, essa suscitou no neoliberalismo, que devido sua ofensiva e imposição ao realizar reformas estruturais, nos países periféricos agravou as contradições entre capital/trabalho, a desresponsabilização do Estado perante os direitos sociais, conquistados no final da década de 1980, logo após um longo processo de “autocracia burguesa”, é fragmentado pelo forte investimento no setor econômico, e pela responsabilização da sociedade civil no que tange os enfrentamentos de combate a pobreza, que devido a crise da década de 1970 é agravada, pelas altas taxas de desemprego, e pela globalização que concentra grande parte da riqueza mundialmente produzida nos países de primeiro mundo.

Esse processo gerou insatisfação por parte da classe trabalhadora, organizada em partidos, sindicatos e movimentos sociais considerados de esquerda, que no final da década de 1990 foram as ruas reivindicar por seus direitos sociais e trabalhistas. Para acalmar os ânimos das massas, a burguesia nacional sobre a influencia da burguesia internacional articula-se com os partidos considerados de esquerda e forma alianças com os mesmos, tendo como objetivo garantir o desenvolvimento econômico sobre o discurso da “equidade social”. É nesse processo que começa a fortalecer a discussão do desenvolvimento econômico nos países Latinos, o chamado novo desenvolvimentismo tem como discurso fortalecer a economia e amenizar as mazelas da pobreza, através desse desenvolvimento econômico, mas esse modelo de desenvolvimento é diferente do elaborado na metade do século XX. O novo desenvolvimentismo é uma continuidade da política neoliberal, só que o seu debate ideológico

diferencia-se do segundo, pois o primeiro continua a garantir a entrada de capital internacional nos países e o Estado tem o papel fundamental de proteger os investimentos dos grandes monopólios. No que tange as políticas sociais, o investimento em projetos filantrópicos e assistencialistas continuam, o que diferencia é a proporção que elas tomam. Sobre a influencia dos organismos multilaterais, os Estados passam a adotar como medidas de combate a pobreza, os programas de transferência de renda, esses programas ganham proporção em quase todos os países periféricos.

Analisando criticamente o debate ideológico do novo desenvolvimentismo, esses programas podem ter como lógica o aumentar do consumo das mercadorias produzidas. Não é interessante para os grandes capitais ter um excedente da população pobre, que não tenha condições mínimas de consumo, mesmo que seja, para suprir suas necessidades imediatas, é nessa tática de aumentar o consumo, que esses programas são investidos, garantir a reprodução a pobreza é garantir a reprodução do sistema, se o fim das desigualdades sociais não vai acontecer com a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, pois eles controlam o desenvolvimento da sociedade em favor do capital, quem dirá que essas políticas focalizadas e assistencialistas vão acabar com a pobreza e assim promover a equidade social.

O que pretendíamos nesse trabalho era fazer uma crítica as estratégias de combate a pobreza defendida pelos organismos multilaterais, e disseminada pelos governos considerados novo desenvolvimentistas, a mensuração da pobreza baseada no critério da renda, que são passíveis de manipulação, é fundamental para manter o discurso ideológico da classe dominante. Por isso enfatizamos as desigualdades sociais não serão superadas enquanto a classe oprimida tomar consciência que só através da unificação de suas lutas, em prol da revolução, é que esse sistema será superado e o fim das sociedades de classes, irá promover a igualdade social.

REFERÊNCIAS

CEPAL. “**El Panorama social de América Latina 2011**” Copyright © Naciones Unidas, febrero de 2012.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**; tradução de Marylene Pinto Michel – São Paulo: Moderna, 1999.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Conceito e crítica: o novo-desenvolvimentismo na América Latina**. João Pessoa, 2012.

GONÇALVES, Reinado. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

NETTO, José Paulo. Revista em Pauta, p.135 – 170, Num. 19, 2007.

MARANHÃ, Cezar Henrique. **Acumulação trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social**, do livro Org. MOTTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4 ed. São Paulo, Cortes Editora, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I volume II**; tradução de Reginaldo Sant'Ana, 5ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil Editora, 1996.

MOTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.110, p.270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade** – São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2p. 276-283 jul./dez. 2010.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil, Afinal, do que se trata?**, 3 ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

SIQUEIRA, Luana Souza, **Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica**, Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.353-384, jul./dez. 2012.

Copyright © 1990. **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial**. 1818 H Street, N. w., Washington, D.C. 20433 U.S.A.